

Processos, formas e mudanças no padrão espacial da rede urbana em Goiás, Tocantins e Distrito Federal, Brasil

Processes, forms and changes in the spatial pattern of the urban network in Goiás and Tocantins states and in the Federal District, Brazil

Procesos, formas y cambios en el patrón espacial de la red urbana en Goiás, Tocantins y Distrito Federal, Brasil

Kelly Bessa

Universidade Federal do Tocantins

kellybessa@uft.edu.br

Resumo

Nos territórios de Goiás e Tocantins, abrangendo o Distrito Federal brasileiro, é possível identificar que a rede urbana assume formas espaciais simples e complexas. Havia um padrão elementar, que se complexifica pela introdução de novas formas, como Goiânia, Brasília e Palmas. Estes centros tornam-se pontos de interseção na rede, promovendo a ruptura do padrão anterior e ensejando novos padrões pela diferenciação dos principais centros e dos seus fluxos, com distintas integrações internas e externas, que culminam na fragmentação e no desmanche da rede, com a consequente recomposição de segmentos próprios. A análise revela dinâmicas no tempo e no espaço que permitem identificar formas espaciais velhas e novas, simples e complexas, endógenas e exógenas, reveladoras de processos políticos, econômicos e socioculturais que expressam o movimento e as mudanças da formação socioespacial, alterando e renovando as formas espaciais, incluindo a rede urbana. Esta se apresenta como materialidade una e fragmentada, passível de ser analisada por meio da complexa dialética entre processos e formas, e pela capacidade explicativa dos pares integração-fragmentação e desmanche-recomposição.

Palavras-chave: Rede urbana; Processos e formas; Redes técnicas.

Abstract

In the territories spanning Brazil's Goiás and Tocantins states as well as the Federal District, the urban network has acquired simple and complex spatial forms. Its initial basic pattern has been replaced by a complex one through the introduction of new forms, such as Goiânia, Brasília and Palmas. These centres have become intersecting points in the network, responsible for the rupture of the previous pattern and the emergence of new ones via the differentiation between major centres and their flows, with specific inner and outer means of integration that lead to the network's

fragmentation and disintegration and the resulting restructuring of its segments. This article reveals temporal and spatial dynamics that enable the identification of old and new, simple and complex, endogenous and exogenous spatial forms; such forms are indicative of political, economic, and sociocultural processes that express the movement and changes of socio-spatial formation, hence altering and renewing spatial forms, including urban networks. The latter emerge as a unified and fragmented materiality, liable to be analysed through the complex dialectic between processes and forms as well as by the explanatory capacity of the integration-fragmentation and disintegration-restructuring dualisms.

Keywords: Urban network; Processes and forms; Technical networks.

Resumen

En los territorios de Goiás y Tocantins, que abarcan el Distrito Federal brasileño, es posible identificar que la red urbana asume formas espaciales simples y complejas. En estas áreas había un patrón elemental, que se vuelve más complejo con la introducción de nuevas formas, como Goiânia, Brasília y Palmas. Estos centros se convierten en puntos de intersección de la red, promoviendo la ruptura del modelo anterior y dando lugar a nuevos patrones a través de la diferenciación de los centros principales y sus flujos, con distintas integraciones internas y externas, que culminan en la fragmentación y desmantelamiento de la red, con la consiguiente recomposición de segmentos propios. El análisis revela dinámicas en el tiempo y el espacio que permiten identificar formas espaciales antiguas y nuevas, simples y complejas, endógenas y exógenas, revelando procesos políticos, económicos y socioculturales que expresan el movimiento y los cambios de formación socioespacial, alterando y renovando las formas, incluida la red urbana. Esta se presenta como una materialidad única y fragmentada, que puede ser analizada a través de la compleja dialéctica entre procesos y formas, ya través de la capacidad explicativa de los pares integración-fragmentación y desmontaje-recomposición.

Palabra clave: Red urbana; Procesos y formas; Redes técnicas.

Introdução

As proposições analíticas sobre rede urbana, “o conjunto de centros funcionalmente articulados entre si” e suas hinterlândias (CORRÊA, 2006, p. 16), apontam para aspectos que, em síntese, abordam essas redes como “reflexo, meio e condição social” (CORRÊA, 2004, p. 66). De fato, como qualquer materialidade socioespacial, “a rede urbana é parte integrante da sociedade e de sua dinâmica”, o que, por sua vez, gera “diferenças estruturais entre redes urbanas” (CORRÊA, 2004, p. 66), resultado de ações engendradas por diversos agentes político-econômicos e socioculturais.

Para Corrêa (2004, p. 67), essas diferenças “revelam-se por meio de distintas estruturas, dimensional, funcional e espacial”. Os elementos¹ constitutivos dessas estruturas, combinados e recombinados, geram distintos padrões espaciais de rede urbana, mediados pela formação espacial (SANTOS, 1977; CORRÊA, 2000; SILVEIRA, 2014).

¹ A rede urbana revela-se por meio da combinação de elementos que são basilares para sua estruturação, a saber: gênese, posição e densidade geográfica, tamanho e funções dos centros urbanos, bem como as interações espaciais daí resultantes e o próprio padrão espacial da rede (CORRÊA, 2000).

Assim, torna-se fundamental examinar a diversidade de redes urbanas, com suas combinações e recombinações, no sentido de entender o que faz mudar a forma, o padrão da rede urbana. Como ferramenta para a análise das lógicas de configuração e reconfiguração dos padrões espaciais de rede urbana, propõe-se a complexa relação entre processos e formas. Em realidade, a indissociabilidade entre processo e forma desponta como um princípio de método, oferecendo capacidade explicativa para o exame das reestruturas das redes geográficas (CORRÊA, 2012), incluindo a rede urbana, que é uma materialidade una e fragmentada, passível de ser analisada por meio da complexa dialética entre processos e formas.

Nesta pesquisa, abordam-se as mudanças no arranjo espacial da rede urbana nos territórios de Goiás e Tocantins, abrangendo o Distrito Federal brasileiro. Tais arranjos são examinados com base nos estudos do IBGE, especialmente os que destacam a hierarquia e a centralidade urbanas em fins das décadas de 1960 e 1970, e das duas primeiras décadas do século XXI. Logo, tem-se como ponto de partida o padrão espacial da rede urbana em Goiás, compreendendo o Distrito Federal, nos anos de 1966 e 1978 (IBGE, 1972, 1987), já marcado pela introdução de novas formas espaciais, a exemplo das capitais Goiânia e Brasília, com seus desdobramentos territoriais. Em seguida, trata esses padrões nos anos de 2007 e 2018 (IBGE, 2008, 2020a), caracterizados por ritmos mais acelerados e pela introdução de novas formas espaciais, notadamente, Palmas, a capital do Tocantins, instalada em 1989. A partir desses centros, fortemente qualificados pelas funções político-administrativas, conformam-se segmentos próprios de rede urbana, demonstrando que não se pode descrever essas redes com base em um único padrão espacial.

Para a compreensão dessa dinâmica de mudança da rede urbana, adota-se a análise da relação entre a unidade das formas e a potência dos processos, centrada na apreciação dos padrões espaciais dessas redes, sistematizados por meio de esquemas ilustrativos e explicativos, que evidenciam as hierarquias urbanas e a estrutura interna da rede, com o sentido dos principais fluxos. Ademais, lança-se a proposição de pares de interpretação, a saber: integração-fragmentação, registrados por Corrêa (2001), e desmanche-recomposição, apontados por Santos (1996).² Tais pares reforçam-se reciprocamente, conformando cada qual uma oposição dialética. Nessas perspectivas, o estudo permite ultrapassar os limites da mera descrição e buscar uma reflexão mais ampla sobre as estruturas da rede urbana e acerca dos processos que presidem sua natureza e sua reestruturação.

A unidade das formas e a potência dos processos na rede urbana

Santos (1985, p. 50, grifo do autor) ensina que a “*forma é o aspecto visível de uma coisa*”, estando associada “ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”. Conforme

² Para Santos (1996, p. 97), “o processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição”. O todo em análise é a rede urbana, marcada por “integração interna e externa”, cujo “desfazer” apresenta novos padrões e “acentua as diferenças entre os diversos segmentos da rede urbana” (CORRÊA, 2001, p. 100, 101, 104).

o autor, “as formas [...] são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura” social. Para Santos (1996, p. 38), “a forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social”.

A estrutura social, na proposição de Santos (1985, p. 50), “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou de construção”, tratando-se da “essência, da totalidade nua” (SANTOS, 1996, p. 101). A forma “é, aparentemente e até certo ponto, mais fácil de analisar que a estrutura”, porque se pode “expressar a forma como uma estrutura revelada”, visível (SANTOS, 1985, p. 51). Divorciada da estrutura social, a forma pode conduzir a uma falsa análise, pois, a forma não se revela plenamente fora de suas referências sociais, se “tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo” (SANTOS, 1985, p. 80), ressaltando que “a cada temporalização prática corresponde uma espacialização prática” (SANTOS, 1996, p. 132).

Assim, na análise das formas, faz-se necessário considerar os processos. Santos (1985, p. 50, grifo do autor) aponta que o “*processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e de mudança”. Portanto, os processos envolvem agência, pois não há ação sem agente, “sem ator”, “sem sujeito” (SANTOS, 1996, p. 117). Os processos tendem a ser menos visíveis, implicando a necessária relação entre processos e formas.

Corrêa (2016, p. 134) assinala que “as relações entre processos e formas são complexas”. Para o autor, “os processos, isto é, o tempo e o movimento, afetam as formas, isto é, o espaço e a pausa”, envolvendo conceitos de tempo, espaço e mudança.

De acordo com Corrêa (2019, p. 293), “os arranjos espaciais são mutáveis”, mas exibem “uma dada permanência”, ou seja, apresentam uma “pausa” do movimento, pois “o espaço pode ‘congelar’ o tempo” (CORRÊA, 2016, p. 131). Nesse sentido, como estrutura revelada, a unidade da forma pode evidenciar uma espacialidade pausada, com “uma cristalização do movimento” (SANTOS, 1996, p. 97), demonstrando uma certa estabilidade, mesmo que provisória, ou uma “inércia dinâmica” (SANTOS, 1996, p. 100) das ações, dos processos, num dado recorte espaço-tempo. Portanto, “tornada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social” (SANTOS, 1996, p. 80).

A rede urbana, na concepção de Corrêa (2004, p. 71), constitui-se em uma forma espacial que revela o “modo como os centros urbanos e os seus fluxos estão dispostos sobre um dado segmento da superfície terrestre”. Trata-se de um conjunto de centros urbanos, dotados de funcionalidades e interconectados entre si por certo número de interações, que conforma, numa dada porção espacial, uma rede e uma região funcional urbana. Tal rede assume formas espaciais simples e complexas, resultado de processos ocorridos em cada contexto espaço-temporal, constituindo-se como realidade e como possibilidade.

Corrêa (1987, p. 65-66) instrui que a rede urbana, “como materialidade social, inscreve-se no espaço com enorme fixidez, tendo força de permanência”, ou seja, “a rede urbana [...] em seu arranjo espacial, incorpora uma grande carga de inércia locacional”. Mas, se encontra submetida às lógicas e às racionalidades próprias de cada contexto espaço-temporal, com capacidade para animar, e não apenas absorver e refletir, os resultados das ações ocorridas e em curso. Tal capacidade avança as reestruturações, manifestadas, sobretudo, na diferenciação expressiva dos centros urbanos, com melhorias da posição geográfica, acréscimo e qualificação das funções e, conseqüentemente, dos fluxos, gerando novas integrações internas e externas. Estas, na maioria das vezes, acarretam a fragmentação da rede, tendo como ponto de bifurcação o centro urbano com maior distinção, geralmente conduzido para uma nova hierarquia, implicando processos de re-hierarquização e suscitando mudanças que se expressam por meio do desmanche do padrão de rede pré-existente e da recomposição de novos arranjos.

Em Goiás e Tocantins, abarcando o Distrito Federal, a rede urbana assume formas espaciais elementares e complexas, como resultado dos processos distintos de formação e de evolução diferenciada dos centros urbanos, com a criação de novos centros, destacadamente os planejados para assumir as funções político-administrativas, como Goiânia, Brasília e Palmas, e também com o revigoramento de centros já existentes, sobretudo os situados nos principais eixos rodoviários, a exemplo de Anápolis, Araguaína, Itumbiara, entre outros. Esses e os demais centros urbanos apresentam nítida diferenciação entre si, mormente no que diz respeito às estruturas dimensionais e funcionais, o que possibilita articulações múltiplas, pressupondo conexões mais complexas, que geram novos padrões espaciais, com mudanças na forma da rede urbana.

Essas mudanças, marcadas por dinâmicas no tempo e no espaço, confirmam a passagem de um padrão espacial de rede urbana simples para padrões mais complexos, o que permite “falar em segmentos ‘velhos’, que possuem um tempo espacial remoto, e segmentos ‘novos’” (CORRÊA, 1987, p. 40), situados num passado mais recente. Na área territorial destacada, a rede urbana passa por transformações e complexificações desde a primeira metade do século XVIII, quando foram implantados os primeiros núcleos urbanos, a exemplo de Vila Boa de Goiás (1739), a antiga capital, até os dias atuais, passando pela edificação de Goiânia (1937), a nova capital, e pela excepcionalidade da transferência da capital federal brasileira, com a construção de Brasília e a instalação do novo Distrito Federal (1960), além da criação do estado do Tocantins e de sua capital, Palmas (1989). Para Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2005, p. 91), os centros urbanos nessa área

nasceram e cresceram em um ritmo bastante alternado: ora lento, quase estagnado, nos dois primeiros séculos de sua existência; ora mais acelerado, principalmente durante a ocupação das zonas pioneiras após a Revolução de 30; enfim, em ritmo bastante veloz, a partir da construção de Brasília e das grandes rodovias de integração nacional [...], sem contar outras importantes rodovias de articulação regional.

Assim, nos denominados segmentos velhos, nota-se um tempo espacial dilatado, com ritmo mais lento e marcado pela potência dos processos de permanência, que se estende da primeira metade do século XVIII até o período de instalação da nova capital goiana, quando as mudanças pouco comprometeram o padrão elementar de rede existente. Os chamados segmentos novos têm tempos espaciais mais curtos, marcados pela potência dos processos de mudança, sobretudo a partir de 1960, com a ascendência das capitais, conjuntamente com a instalação de novas redes técnicas, principalmente as rodovias de integração nacional e de articulação regional, as ferrovias, e as redes de telecomunicação e de energia. Daí em diante, percebem-se ritmos e efeitos mais intensos sobre a rede urbana, promovendo rupturas com o padrão anterior e a estruturação de novos segmentos, comandados pelas capitais político-administrativas, Goiânia, Brasília e Palmas.

As heranças espaço-temporais e as reestruturações das redes urbanas de Goiânia, Brasília e Palmas

Até a década de 1940, nos territórios que hoje incluem os estados de Goiás e Tocantins, além do Distrito Federal, tem-se um arranjo espacial elementar de rede urbana, apesar de longamente estabelecido. Tal rede contava, no então território goiano, com 52 centros urbanos que desempenhavam papéis como cidades-sedes municipais, 88 vilas e um conjunto de pequenas aglomerações (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005), incluindo a nova capital estadual, Goiânia (1937). Esta, à época, contava com 48.166 habitantes, justamente 5,5% da população total do estado, que totalizava 826.414 habitantes, seguida, demograficamente, por Goiás, a antiga capital estadual, com 44.250 habitantes, precisamente 5,4% da população total do estado, e Anápolis, com 39.148 habitantes, exatamente 4,7% da população total do estado (IBGE, 1940).

Tal estrutura de rede, predominantemente regional, resulta da imbricação de um conjunto de fatores, caracterizados, inicialmente, pela atividade da mineração no século XVIII, responsável pelo surgimento de aldeias, embriões de futuras cidades, incluindo Villa Boa de Goiás. Trata-se da primeira vila instalada em 1739, a antiga capital colonial, provincial, estadual e, hoje, cidade de Goiás, destinada a desempenhar funções de controle e de defesa dos interesses portugueses, estimulando a atividade da mineração e garantindo a fiscalização, a aplicação de tributos e a circulação nos caminhos coloniais (rotas terrestres e fluviais), bem como a manutenção da unidade territorial. Para tanto, sua localização nos caminhos coloniais confere uma vantajosa posição geográfica. Ressalta-se que, já em 1778, a capitania de Goiás estava constituída por 13 julgados, a saber: Villa Boa, Crixás, Pillar, Santa Luzia, Meya Ponte, Santa Cruz, Rio da Velhas, Trayras, São Félix, Cavalcante, Ouro Podre (Arrayas), Conceição e São Luís, pertencentes à comarca de Villa Boa (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005).

A presença desses pequenos núcleos de povoamento, praticamente indiferenciados entre si, é uma primeira e necessária fase do processo de elaboração da rede urbana, pois se constituíam no embrião da rede de arraiais da antiga capitania de Goiás. Apesar da pouca diferenciação funcional desses arraiais, admite-se a existência de uma rede urbana embrionária, caracterizada por uma certa diferenciação dada pela

presença da sede de comarca e das sedes de julgados, estabelecendo-se uma incipiente hierarquia político-administrativa, e também pela mineração, que estabeleceu intercâmbios com regularidade, por meio da rede mercantil aurífera e da incipiente rede de abastecimento dessas aglomerações. No entanto, são articulações pouco complexas, considerando a inserção da região em um contexto de integração externo. Este gerou uma rede marcada por frágeis relações internas, uma vez que as atividades da mineração, apesar de desempenharem importante papel na organização do espaço, pouco beneficiavam a região; e por relações externas, sobretudo, com as redes de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, através dos caminhos coloniais, e com a rede de Belém, por via fluvial, que, por fim, atingiam Lisboa.

Esse período é seguido por uma estagnação econômica e urbana, que se estende do final do século XVIII ao início do século XX, afetando a rede urbana, pois, apesar de não se tratar de uma rede propriamente embrionária, ainda não se encontrava solidamente estabelecida. O declínio da mineração atingiu drasticamente a atividade mercantil, fosse a gerada pela própria mineração, fosse a de abastecimento desses núcleos mineiros. Ademais, foram gerados fatores de ruralização, com a manutenção de uma agricultura de subsistência (lavouras de gêneros básicos) e com a criação extensiva de gado em pastagens naturais, que pouco se relacionavam com os núcleos urbanos, marcados pelo desmonte da estrutura comercial e pelo despovoamento.³ Remete-se à denominada “fazenda goiana” (ESTEVAN, 1997), caracterizada pela sua autossuficiência e suas incipientes articulações com a rede de cidades, vilas e povoados.

O desenvolvimento da atividade agropastoril tradicional, nesse longo período, foi responsável pelo aparecimento de muitas cidades, que surgiram de sedes de fazendas, de patrimônios religiosos e da colonização oficial e espontânea, além da atividade extrativista. Em 1872, quando se realizou o primeiro ressecamento no Brasil, a província de Goiás contava com 26 cidades (dezenove no atual território goiano, incluindo a capital Goiás, e sete no tocantinense) e 55 freguesias (42 no território goiano e treze no tocantinense) (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005). Nessas, a vida urbana foi, gradativamente, dinamizada por meio das funções comerciais, com a exportação de produtos oriundos da atividade agropecuária e a importação de produtos manufaturados. Essas atividades, junto com a prestação de serviços, ampliaram-se de maneira desigual durante esse longo período de estagnação econômica regional, concentrando-se na cidade de Goiás, que se manteve como a capital político-administrativa até a transferência para a nova capital, Goiânia, e, em poucos centros regionais, como Anápolis, beneficiada pela chegada da ferrovia em 1935, que ampliava as relações com o sudeste do país, e Porto Nacional, no antigo Norte Goiano, favorecida por sua posição nas principais vias de circulação (terrestre e fluvial) do século XIX e da primeira metade do século XX, que garantiam ligações com o centro-sul goiano e com Belém (PA), até os investimentos promovidos pela transferência da capital federal, Brasília.

³ Para Palacín (1979, p. 87), “a ruralização já se vinha processando nas áreas da mineração desde duas ou três décadas antes do fim do século. A população dos arraiais mineiros refluía para o campo [...] a ruralização ia acompanhada da redução da vida econômica a níveis de pura subsistência na maior parte dos casos”.

É notório, na formação e evolução desses núcleos, tal como na conformação dessa rede urbana, o papel das picadas, caminhos e rotas fluviais antigas, “que abriram passagem no início da colonização”, e, posteriormente, o papel das ferrovias e rodovias, “que, hoje, dão sustentação à articulação espacial do território” (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005, p. 59). Para os autores, “a mineração da época colonial, a atividade agropastoril sob seus múltiplos aspectos e os caminhos modernos – responderam pelo aparecimento de praticamente quase todas as cidades goiano-tocantinenses” (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005, p. 90). Em paralelo, dá-se a expansão da rede telegráfica, instalada desde 1890, e, posteriormente, a instalação da rede telefônica (1914). A partir de então, para Oliveira e Castilho (2022, p. 9), “transportes e comunicações seguiram atados”, sendo “possível observar o alinhamento têmporo-espacial inerente à difusão dos sistemas técnico-reticulares” (OLIVEIRA; CASTILHO, 2022, p. 16), abarcando a própria rede urbana, que pode ser analisada como uma rede-síntese dessas demais redes.

A ascensão de Goiânia, a partir da década de 1940, e a construção de Brasília, em 1960, centros favorecidos com a incorporação das funções político-administrativas estadual e federal, em respectivo, afetam, de maneira drástica, o padrão espacial da rede urbana, sendo os pontos iniciais de interseção e bifurcação da rede pré-existente. Já em 1960, Goiânia, com 153.505 habitantes, 8% da população total do estado, que totalizava 1.913.289 habitantes (IBGE, 1960), consolida-se como o mais importante centro urbano desse território, ainda caracterizado por uma estrutura espacial de rede urbana simples, dada a discreta complexidade funcional dos centros urbanos, com interações espaciais predominantemente regionais. Na pesquisa *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas* (IBGE, 1972), são identificados, nesse segmento de rede, quatro níveis de hierarquia urbana: como centro macrorregional, apresentando centralidade de primeiro nível, tem-se Goiânia; como centros regionais (A e B), Anápolis e Brasília, respectivamente;⁴ como centros sub-regionais (A), Jataí, Ceres, Porto Nacional, Formosa e Barreiras (BA); e como centros sub-regionais (B), Goiás, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Inhumas, Pires do Rio e Montes Belos. As pesquisas de Vieira Pinto (1960) e Geiger (1963) identificam ainda Itumbiara, Catalão e Jaraguá como centros sub-regionais. Na base dessa rede, encontram-se um conjunto de centralidades locais (A e B), juntamente com os demais pequenos centros, com alguns situados nos estados de Mato Grosso, Maranhão, Bahia e Minas Gerais (Figura 1).

Além da ascendência da capital estadual e da introdução da capital federal, tem-se, desde as décadas de 1960 e 1970, a inserção do estado de Goiás como fronteira de modernização e tecnificação, com a incorporação capitalista das áreas de cerrado, o que também promove uma complexificação da rede urbana. Tal inserção dá-se, principalmente, por meio dos investimentos estatais e de capitais privados nacionais e internacionais. Dentre os muitos investimentos, observa-se melhorias e ampliações das redes técnicas de transportes, com destaque para as rodovias de circulação nacional e as

⁴ A pesquisa do IBGE (1972, p. 23) aponta que a centralidade de Goiânia se encontra “conjugada com Brasília”, que, gradativamente, apresenta “uma grande projeção regional” na porção oriental do território goiano.

rodovias estaduais e distritais. Para Arrais, Oliveira e Arrais (2016, p. 120), “essa rede urbana testemunha a evolução do sistema rodoviário. As rodovias estaduais radiais passaram a verter, obrigatoriamente, para Goiânia, do mesmo modo que ocorreu, a partir de 1960, com as rodovias federais em relação à Brasília.” São exemplos: a conexão BR-010 e BR-153, que estabelece larga vinculação entre o Centro-Sul e o Norte do país, via Brasília e Goiânia; as ligações perpendiculares BR-060, que estabelece as ligações de Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco com Goiânia e Brasília, BR-364, que estabelece ligação com São Paulo, e BR-158; a BR-040, que estabelece ligações de Brasília com Belo Horizonte e, na interseção com a BR-050, com São Paulo; e a BR-020, que estabelece ligação de Brasília com Fortaleza. Além da malha rodoviária, ocorre a implantação de redes de telecomunicações, juntamente com as redes de produção e distribuição de energia elétrica.

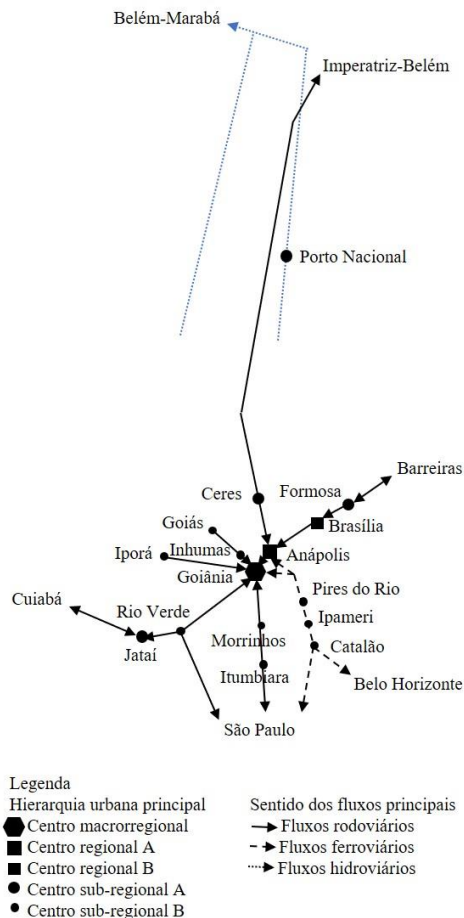


Figura 1: Goiás-Distrito Federal: padrão espacial da rede urbana no final da década de 1960.
 Fonte: IBGE, 1972; GEIGER, 1963; VIEIRA PINTO, 1960. Elaboração: BESSA, 2023.

Essas redes técnicas, com capacidade de sustentar as demandas por fluidez material e imaterial, representam os novos nexos da modernização, cortando extensas áreas de cerrado e consolidando a integração interna da rede urbana, sob comando de Goiânia e Brasília, com um número crescente de centros urbanos (Figura 2), cuja formação ocorre, principalmente, ao longo dessa malha rodoviária programada; bem como a integração externa, com o Centro-Sul e o Centro-Norte brasileiros, o que garante ampla penetração dos capitais nacionais e internacionais.

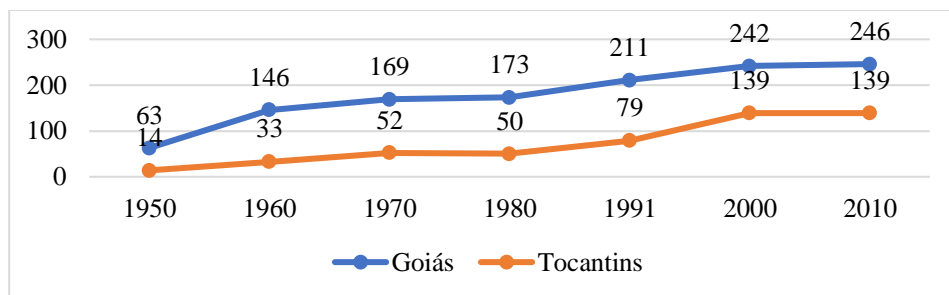


Figura 2: Goiás-Tocantins: evolução no número de centros urbanos (sedes municipais), 1950-2010.
Fonte: IBGE, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000a, 2010a. Nota. A partir de 1960, soma-se Brasília, no Distrito Federal.

Os benefícios desse novo contexto regional e nacional garantem a posição de Goiânia, em virtude da apropriação de grandes parcelas dos excedentes regionais e dos benefícios advindos da própria instalação de Brasília. Este centro desenvolve, de forma incontestável, as funções político-administrativas em escala nacional, e também consolida uma região de influência, que atinge centros urbanos em Goiás, Bahia e Minas Gerais. De fato, Brasília passa a combinar fluxos complexos em escala nacional com fluxos em escala regional.

Em conjunto, esses fatores vão implicar a mudança do padrão espacial dessa rede urbana que se verifica já no final da década de 1960, tornando-se bastante evidente em fins da década de 1970. No estudo *Regiões de influência das cidades* (IBGE, 1987), quatro níveis de hierarquia urbana são identificados nesse segmento de rede: como metrópole regional, tem-se Goiânia, a emergência desse nível hierárquico é reveladora dos processos que alteram a rede urbana; como capital regional, Anápolis e Brasília, juntamente com Imperatriz (MA) e Rondonópolis (MT); e como centro sub-regional, Jataí, Rio Verde, Itumbiara, Ceres e Araguaína. Na base dessa rede, encontram-se um conjunto de centros de zona e centros subordinados, compreendendo alguns situados nos estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais (Figura 3).

Demograficamente, essas capitais passam a apresentar tendência primaz, pois, já em 1970, Goiânia concentrava 13% da população total do estado, que totalizava 2.938.029 habitantes, alcançando 380.773 residentes, sendo 95,3% de população urbana (363.006 habitantes); e Brasília contava com 537.492 habitantes, sendo 96% de população urbana

(516.007 habitantes). Desse modo, esses centros são mais de três vezes maiores que o centro urbano imediatamente abaixo em tamanho populacional, a saber: Anápolis, com 105.029 habitantes (3,6% da população total do estado), sendo 86,4% de população urbana (90.747 habitantes) (IBGE, 1970).

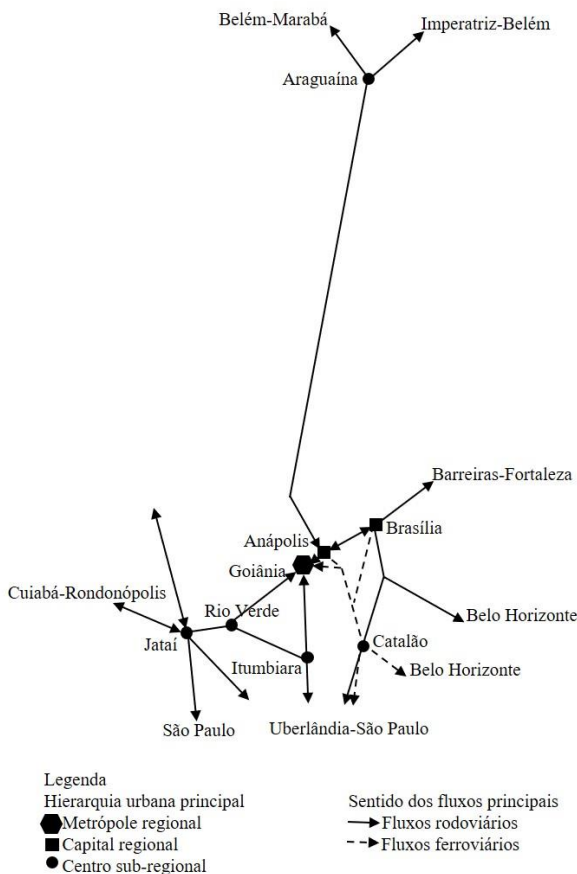


Figura 3: Goiás-Distrito Federal: padrão espacial da rede urbana no final da década de 1970.
Fonte: IBGE, 1972, 1987. Elaboração: BESSA, 2023.

Esses centros, pela conformação de complexos funcionais urbanos, apresentam suficiência no atendimento das demandas regionais, com forte vinculação interna nas suas hinterlândias. Ressalta-se que a atuação espacial de Brasília, no entorno do Distrito Federal e na porção oriental do território goiano,⁵ é praticamente similar à de Goiânia, no

⁵ Para Arrais (2016, 89-91), “o entorno do Distrito Federal [...] preparou-se para uma das maiores transformações porque passou o território goiano”, com “um padrão não apenas urbano, mas metropolitano”, pela forte “polarização de Brasília”.

restante do estado de Goiás, indicando uma clivagem territorial. Desse modo, realiza-se a cristalização das suas hierarquias, com forte tendência metropolitana, pela notória concentração populacional e econômica, o que dificulta a alavancagem de centros intermediários. Essas redes apresentam poucos centros que desempenham papéis regionais e sub-regionais, localizados nos eixos das rodovias, e numerosos pequenos centros subordinados e dispersos em um amplo território.

As alterações na rede urbana são caracterizadas pela introdução de novas formas espaciais e pela ampla diferenciação dos centros urbanos e de seus fluxos. Essas promovem novas integrações internas e externas, que anunciam padrões espaciais distintos, com a fragmentação da rede em escala intrarregional. Trata-se de uma profunda reestruturação, porquanto os novos arranjos espaciais se revelam na diferenciação radical dos dois principais centros urbanos, abalada pela ascendência de uma metrópole regional, Goiânia, e, sequencialmente, de uma metrópole nacional, com Brasília alcançando um dos mais altos níveis na hierarquia urbana brasileira. A partir dessas metrópoles, estabelecem-se novas integrações e, por conseguinte, a fragmentação e o desmanche do padrão espacial de rede urbana precedente, com a consequente recomposição de novos padrões espaciais, tornando a rede mais complexa.

Em 1989, a divisão do estado de Goiás e a criação do estado do Tocantins e de sua capital, Palmas, desencadeiam ações que afetam a rede urbana, sobretudo a de Goiânia. A partir da década de 1990, há novas etapas da expansão capitalista que, apesar de recentes, seguem algumas lógicas pretéritas, com apoio governamental e alinhadas às dinâmicas do Centro-Sul brasileiro e às dinâmicas internacionais, interessadas na exploração intensiva dos recursos naturais e dos produtos agropecuários. O novo contexto inclui também a ampliação e a implantação de grandes projetos de infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias, aerovias, hidrovias, dutovias), de telecomunicação e de geração e transmissão de energia elétrica. Nos transportes, visam não apenas a conexão com o Centro-Sul, mas a formação dos corredores de exportação Centro-Norte, com desdobramentos espaciais e efeitos inegáveis na rede urbana.

Novamente, tratam-se de novas formas espaciais que introduzem elementos de complexidade na rede urbana, instaurando um novo processo de diferenciação dos centros, mais intrincado do que o anterior e mantendo a urbanização concentrada como dado fundamental. Em 2000, a área metropolitana de Goiânia registrava 1.743.431 habitantes, estando 62,5% destes na capital, com seus 1.093.007 habitantes (21,8% da população total do estado, que totalizava 5.004.197 habitantes), sendo 99,3% de população urbana (1.085.806 habitantes), com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 7.934.265. A área metropolitana de Brasília registrava 2.753.414 habitantes, estando 74,5% destes na capital federal, com seus 2.051.146 habitantes, sendo 95,6% de população urbana (1.961.499 habitantes), com um PIB de R\$ 46.474.890, que reflete o peso da capital federal. Nota-se, portanto, a manutenção das características de primazia nessas redes regionais, pois, demográfica e economicamente, Goiânia e Brasília são muitas vezes maiores que aquele centro imediatamente abaixo na rede urbana, a saber: Anápolis, com 288.085 habitantes (5,8% da população total do estado), sendo 97,3% de população urbana (280.164

habitantes), com um PIB de R\$ 1.751.054. No estado do Tocantins, Palmas registrava 137.355 habitantes (11,9% da população total do estado, que totalizava 1.157.690 habitantes), sendo 97,7% de população urbana (134.179 habitantes), com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 660.330; seguida por Araguaína, com 113.143 habitantes (9,8% da população total do estado), sendo 93,6% de população urbana (105.874 habitantes), com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 443.060 (IBGE, 2000a, 2000b) (Figura 4).

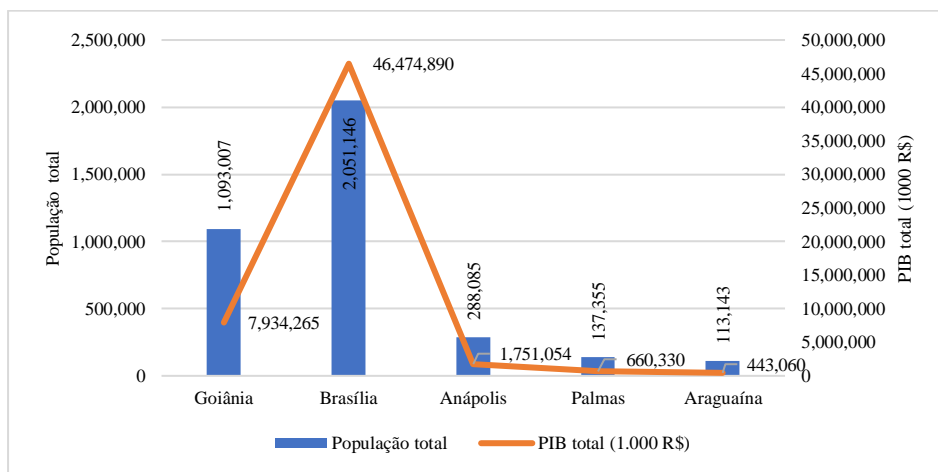


Figura 4: Goiás-Distrito Federal-Tocantins: população total e Produto Interno Bruto, a preços correntes, nos principais municípios, 2000.

Fonte: IBGE, 2000a, 2000b.

Também se observa a complexificação da posição geográfica dos centros urbanos, graças à implantação e melhorias das redes técnicas de transporte, sobretudo com a formação do principal corredor de exportação Centro-Norte, que conta com modais rodoviário, ferroviário, hidroviário e portuário. Ressalta-se que esse corredor tende a promover mudança radical na geografia da circulação nos territórios goiano e tocantinense, minimizando, nesse aspecto, “o modelo de subordinação ao sudeste brasileiro, vigente desde o início do século XX” (ARRAIS, 2016, p. 58-59).

Paralelamente, nota-se maior complexificação funcional dos centros urbanos, em decorrência dos empreendimentos públicos e privados na agropecuária e na indústria (transformação e mineração). Tais atividades básicas atraem, de um lado, atividades complementares, e, de outro, população migrante, que promovem o adensamento das atividades não básicas, comércio e prestação de serviços diversos.⁶ Estas ampliam-se de maneira expressiva e, para além das funções associadas a saúde, educação, comércio e serviços tradicionais, incorporam as atividades específicas associadas à agropecuária, indústria e mineração.

⁶ Capel (1972) distingue as funções urbanas em básicas e não básicas.

No conjunto, essas atividades básicas e não básicas expressam a crescente complexificação funcional dos centros urbanos, com suas especializações, expressa num conjunto de novas articulações intrarregionais e inter-regionais. Os centros urbanos, com as funções redefinidas, passam a participar de numerosas, complexas e desiguais redes, que garantem novas conexões internas e externas: os fluxos passam a ocorrer tanto nas hinterlândias, refletindo grande parte da geografia regional, como nos espaços nacional e internacional, que expressam uma complexa participação na divisão territorial do trabalho e uma subordinação à dinâmica capitalista nacional e global.

De fato, os papéis diferenciados assumidos pelos centros urbanos revelam esses dois recortes de integração espacial, com interações nessas três escalas. Na escala regional, percebem-se nitidamente a cristalização da posição metropolitana de Goiânia e Brasília, bem como a ascensão de Palmas, evidenciando uma urbanização que se mantém fortemente concentrada nas capitais. Na escala nacional, prevalecem os papéis de comando de Brasília, como metrópole nacional, e as interações provenientes das atividades econômicas básicas e das funções especializadas presentes nos distintos centros urbanos. Na escala internacional, prevalecem as interações determinadas pelo aumento das demandas planetárias por insumos e produtos, principalmente os agropecuários e minerais.

Com efeito, são notadas novas reestruturações da rede urbana, que já não apresentava um padrão espacial único. A diferenciação dos centros e as novas conexões culminam em fragmentação e desmanche da forma da rede urbana pretérita, com a recomposição de novos desenhos, incluindo um segmento no Tocantins, que passa a ser comandado por Palmas, embora permaneça na rede metropolitana de Goiânia. Como já expresso, as capitais político-administrativas tornam-se os principais pontos de interseção e de bifurcação de novos segmentos de rede urbana. Nesse processo, promove-se a estagnação e, até mesmo, a decadência dos demais centros, com exceção dos atravessados pelos novos eixos de circulação terrestre, a exemplo de Anápolis, no eixo Goiânia-Brasília, e de Araguaína, cujas interações espaciais apontam para a elaboração de um novo segmento de rede urbana regional no extremo norte do Tocantins. Há também Itumbiara, no sul goiano, Rio Verde, Mineiros e Jataí, no sudeste goiano, e Gurupi, no sul do Tocantins, cujas interações espaciais, em escalas microrregionais, apresentam possibilidades de constituir novos pontos de bifurcação na rede. Em conjunto, esses arranjos espaciais revelam uma sobreposição ou uma justaposição de segmentos de redes urbanas, que amplia a complexidade, envolvendo outros centros, como Imperatriz (MA), Marabá (PA) e Barreiras (BA), que também despontam como pontos de interseção em suas respectivas redes (Figura 5).

Na conjugação dos estudos *Regiões de influência das cidades-2007* e *Regiões de influência das cidades-2018* (IBGE, 2008, 2020a), é possível identificar quatro níveis de hierarquia urbana nesses segmentos de rede: como metrópole regional, Goiânia, como metrópole nacional, Brasília, e como capital regional (B), Palmas, que são os principais centros, com amplas hinterlândias. Nestas, há centros que desempenham papéis como capitais regionais (C), Anápolis, Araguaína e Barreiras (BA); como centros sub-regionais

(A), Itumbiara, Rio Verde, Mineiros (GO), Gurupi (TO), Barra do Garças (MT), e Redenção (PA); e como centros sub-regionais (B), Caldas Novas, Catalão, Ceres, Goianésia, Formosa, Jaraguá, Jataí, Morrinhos, Uruaçu (GO), Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Tocantinópolis, Água Boa (MT), Xinguara (PA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Paracatu e Unai (MG). Na base dessas redes, encontra-se um conjunto de centros de zona e centros locais, alguns situados nos estados de Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Minas Gerais (Figura 5).

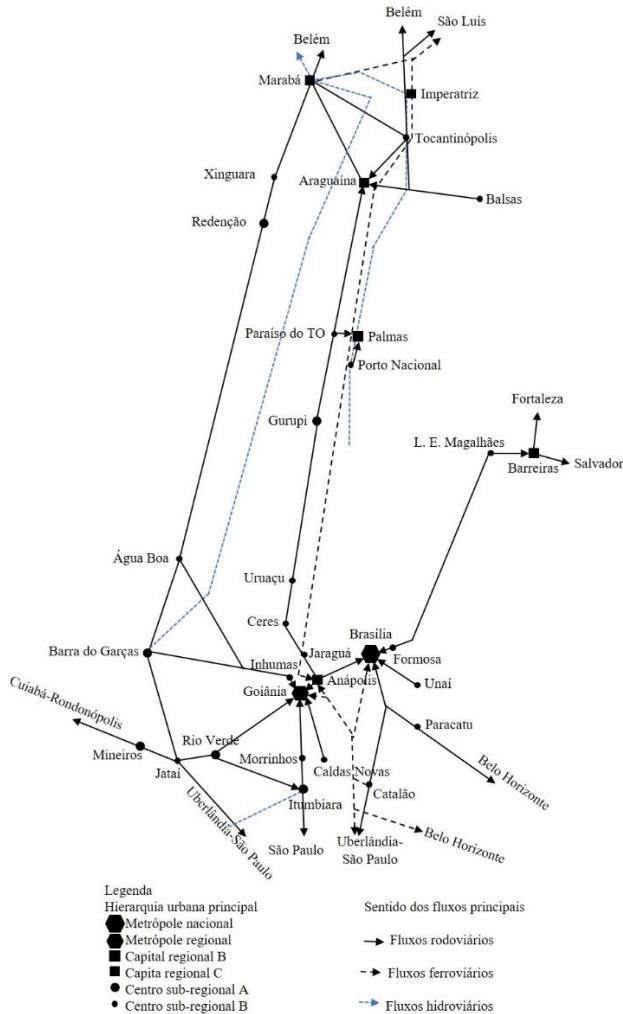


Figura 5: Goiás-Distrito Federal-Tocantins: padrão espacial da rede urbana nas primeiras décadas do século XXI.

Fonte: IBGE, 2008, 2020a. Elaboração: BESSA, 2023.

As redes de articulação interna desses centros geram padrões de interação com continuidade, com relativa coesão no *continuum* espacial,⁷ caracterizada por uma espessura social e geográfica mais endógena, com fluxos predominantemente regionais e sub-regionais. Tais articulações se dão a partir desses principais centros que apresentam complexidade funcional para o atendimento da população em escala regional, favorecendo as centralidades dos centros metropolitanos e das capitais regionais, com o reforço da disposição hierárquica, inclusive com a manutenção da tendência primaz para Goiânia e Brasília, que seguem concentrando população e importância econômica.

Em 2010, a área metropolitana de Goiânia contava com 2.173.141 habitantes, estando 59,9% destes na capital, com seus 1.302.001 habitantes (21,7% da população total do estado, que totalizava 6.003.788 habitantes), sendo 99,6% de população urbana (1.297.154 habitantes), com um PIB de R\$ 24.445.668, que atingiu R\$ 51.961.311,27 em 2020; e a área metropolitana de Brasília registrava 3.484.451 habitantes, estando 73,8% destes na capital federal, com seus 2.570.160 habitantes, sendo 96,5% de população urbana (2.481.272 habitantes), com um PIB de R\$ 149.906.319, que alcançou R\$ 265.847.334,00 em 2020. Enquanto o segundo centro dessas redes regionais, Anápolis, computava 334.613 habitantes (5,6% da população total do estado), sendo 98,2% de população urbana (328.755 habitantes), com um PIB de R\$ 10.059.578, que atingiu R\$ 15.286.792,21 em 2020. No estado do Tocantins, Palmas registrava 228.332 habitantes (16,5% da população total do estado, que totalizava 1.383.445 habitantes), sendo 97,1% de população urbana (221.742 habitantes), com um PIB de R\$ 3.923.401, que alcançou R\$ 9.940.090,55 em 2020, seguida por Araguaína, com 150.484 habitantes (10,9% da população total do estado), sendo 95% de população urbana (142.925 habitantes), com um PIB de R\$ 1.998.409, que atingiu R\$ 4.761.509,44 em 2020 (IBGE, 2010a, 2010b, 2020b) (Figura 6).

As redes de articulação externas geram padrões de interação com descontinuidade do *continuum* espacial, apresentando nodosidades a partir de centros de referência do ponto de vista dos investimentos estatais e privados (regionais, nacionais e globais). Há nessas redes uma espessura social e geográfica profundamente sensível à desigual espaço-temporalidade desses investimentos e das melhorias na posição geográfica, com destaque para os sistemas rodoviário, ferroviário e aéreo, de telecomunicação e de produção e distribuição de energia elétrica.

⁷ As pesquisas do IBGE (2008, 2020a) sugerem novas clivagens territoriais com base na centralidade de Brasília, apontando uma região de influência com descontinuidade territorial, no sentido ocidental, abarcando as regiões de influência de Cuiabá (MT), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

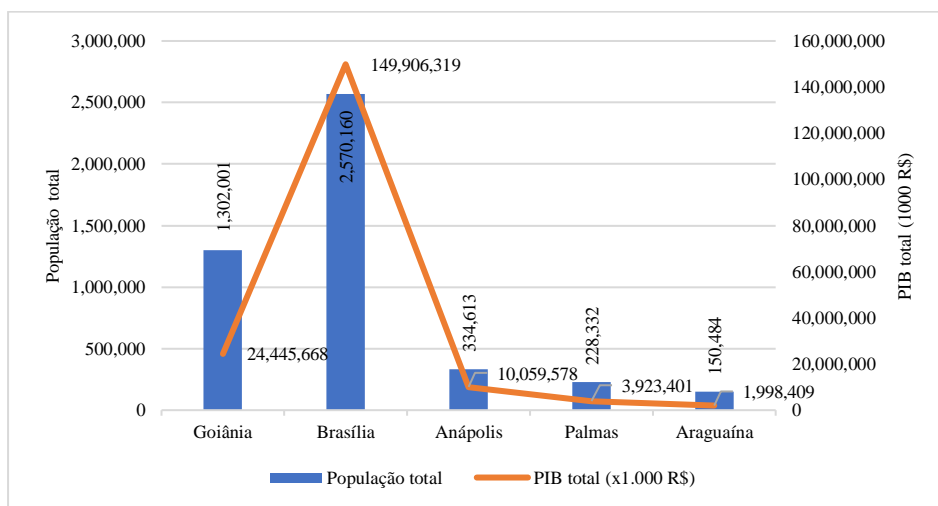


Figura 6: Goiás-Distrito Federal-Tocantins: população total e Produto Interno Bruto, a preços correntes, nos principais municípios, 2010.

Fonte: IBGE, 2010a, 2010b.

Assim, na estrutura espacial da rede urbana, destacadamente em seus principais centros, verifica-se a apropriação de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão territorial do trabalho. Isso ocorre em decorrência da seletividade das estruturas produtivas e de distribuição de bens e serviços, estando ou não associadas aos grandes projetos de investimento em curso. Essas novas estruturas, aliadas às preexistentes, resultam em uma importante complexidade funcional, o que, por sua vez, intensifica a vida de relações, articuladas, como já mencionado, em escalas regionais, nacionais e globais, com interações exógenas mais complexas que as interações endógenas.

Há, portanto, um fortalecimento das hierarquias, porque as dinâmicas urbano-regionais não prescindiram de uma urbanização concentrada, com forte tendência hierárquica e com poucos centros em níveis intermediários, insuficientes para alterar a disposição primaz das metrópoles, em escala regional. Contudo, de acordo com os dois últimos estudos do IBGE (2008, 2020a), esses segmentos de rede urbana, em conjunto, apresentam todos os níveis de hierarquia e centralidade urbanas, revelando os processos de diferenciação entre os centros e reforçando as características de uma rede marcada por desigualdades e assimetrias. Essas, normalmente, são determinadas por agentes políticos e econômicos situados nos centros que estão no topo da hierarquia urbana, que passam a desempenhar papéis como centros de acumulação de poder, com capacidade para exercer notável comando sobre o território, e como centros de acumulação de capital, com controle sobre as atividades econômicas, os capitais e as informações.

Desse modo, essas redes urbanas apresentam-se como redes de drenagem de excedentes urbano-regionais cujos desdobramentos ampliam a diferenciação entre os centros, com suas hinterlândias, bem como entre os segmentos de redes urbanas. Os

fluxos, por sua vez, combinam articulações internas e externas, que dão conformação a uma rede urbana de múltiplos circuitos. Porém, com interações assimétricas e desiguais, com o privilegiamento das interações mais exógenas, fazendo-se necessário reconhecer os agentes que comandam essas interações, cujos controles são externos às regiões de influência desses principais centros urbanos.

Considerações finais

As mudanças no padrão espacial da rede urbana nos territórios de Goiás e Tocantins, abrangendo o Distrito Federal brasileiro, são marcadas por dinâmicas no tempo e no espaço, que resultam na passagem de um arranjo espacial simples para arranjos mais complexos, sobretudo pela introdução de novas formas, a exemplo das capitais, Goiânia, Brasília e Palmas, com seus desdobramentos territoriais, incluindo incrementos nas redes técnicas de transportes, de energia elétrica e de telecomunicações.

Essas novas formas, seja pela diferenciação dos centros urbanos e de seus fluxos, com suas diversas sobreposições e justaposições, seja pelo estabelecimento de complexas integrações internas e externas, anunciam segmentos próprios de rede urbana. Nestes, moldam-se arranjos espaciais reveladores dos pontos de bifurcação, conformando redes extremamente complexas, cujos padrões são resultado de processos acontecidos e em curso na formação socioespacial. Ademais, definem espaços-tempos cujas periodizações evidenciam, de um lado, a duração das formas, e, de outro, o ritmo da mudança, comprovando que essa rede, apesar da inércia espacial, está em contínuo movimento, fruto das ações engendradas por um conjunto de agentes político-econômicos e socioculturais, o que exige reflexões críticas.

Assim, a crescente complexificação da rede urbana está vinculada diretamente aos processos de transformação da própria sociedade, que resultam em mudanças espaciais complexas, sendo a rede urbana manifestação e condição, já que se apresenta como realidade e como possibilidade. É dessa maneira que a rede urbana se transforma e se reestrutura. O entendimento envolve os pares integração-fragmentação e desmanche-recomposição. Estes demonstram o que faz mudar a forma ou o padrão espacial da rede urbana, evidenciando a inegável relação entre processos e formas espaciais, que resultam do movimento contínuo de cada contexto espaço-temporal.

Referências

- ARRAIS, C. A.; OLIVEIRA, E. C.; ARRAIS, T. A. *O século XX em Goiás: o advento da modernização*. Goiânia: Câne Editorial, 2016.
- ARRAIS, T. A. *A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização*. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- CAPEL, Horacio. De las funciones urbanas a las dimensiones basicas de los sistemas urbanos. *Revista de Geografia*, Barcelona, v. 6, n. 2, p. 218-248, 1972.

- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 49, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- CORRÊA, R. L. Origem e tendência da rede urbana brasileira: algumas notas. In: CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: 2001. p. 93-106.
- CORRÊA, R. L. A rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre uma temática à margem. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 65-78, jan./jun. 2004.
- CORRÊA, R. L. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun. 2016.
- CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro: Garamond, ano V, n. 8, p. 121-129, jan./jun. 2000.
- CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, n. 16, v. 9, p. 1-20, jul.-dez. 2012.
- CORRÊA, R. L. Tempo, espaço e Geografia: um ensaio. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285-294, jan./jun. 2019.
- ESTEVA, L. A. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. 1997, 180 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- GEIGER, P. P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A.; BARBOSA, A. S. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000a, 2010a)*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>. Acesso em: jan. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@ Pesquisa PIB (2000b, 2010b, 2020b)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: jan. 2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 1978*. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de influência das cidades 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

OLIVEIRA, F. F.; CASTILHO, D. Do telégrafo ao telefone: trajetória espaço-temporal das redes de telecomunicações em Goiás: *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 1-34, 2022.

PALACÍN, L. Os três povoamentos de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, ano 7, n.8, p. 81-95, 1979.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: AGB, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SILVEIRA, M. L. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. *Estudios Socioterritoriales*, Tandil, v. 2, n. 16, p. 141-168, 2014.

VIEIRA PINTO, M. M. Núcleos urbanos. In: GALVÃO, M. V. (org.). *Geografia do Brasil*. Grande região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p. 301-334.

O presente artigo é fruto das pesquisas concretizadas com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da chamada CNPq/MCTI/FNDCT n. 18/2021.

Kelly Bessa

Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal do Tocantins, atuando nos cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e na Pós-graduação em Geografia, campus de Porto Nacional, e na Pós-graduação em Ciências do Ambiente, campus de Palmas.

Quadra 109 Norte, Av. NS 15, ALCNO-14, Cep:77001-090, Palmas, TO

E-mail: kellybessa@uft.edu.br

Orcid: 0000-0002-3070-707X

Recebido para publicação em setembro de 2022.

Aprovado para publicação em janeiro de 2023.